

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

27/07/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Lei trabalhista de Temer é a pior do mundo, diz secretário da UITA

Reformas trabalhistas regressivas estão ocorrendo em vários países. Alemanha, Espanha, França, México e Brasil, entre outros, já aprovaram leis que modificam a relação capital-trabalho, causando desequilíbrios. Para o sindicalista uruguaio Gerardo Iglesias, secretário regional latino-americano da UITA (União Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação), a lei trabalhista imposta pelo governo Temer é a pior entre todos os países. "Se havia uma ditadura pela força em 1964, quando ocorreu o golpe militar, hoje temos o autoritarismo do capital. Não pela força, mas por meios silenciosos e psicológicos. Essa lei trabalhista que aí está é a pior que existe no mundo, porque ataca direitos conquistados há décadas e também o movimento sindical. É, sem dúvida, um retrocesso de cem anos", disse o dirigente, em entrevista à Rádio Web Agência Sindical. Segundo Iglesias, o momento exige uma mudança de pensamento. "O sindicalismo sozinho é fraco. É preciso voltar os olhos para os movimentos sociais e abrir espaço para eles dentro dos Sindicatos. Se faz necessário sair da inércia. Deixar de fazer sindicalismo no Sindicato e levá-lo para dentro das empresas", ressalta. Gerardo Iglesias aponta que Brasil virou uma espécie de laboratório do capital. "O governo facilita e abre espaço à implementação de medidas que precarizam as relações de trabalho. Por isso, essa reforma trabalhista conseguiu ser aprovada. Outros países utilizam alguns dos mecanismos desta nova lei. Mas tudo que é ruim foi implantado primeiro aqui no Brasil", diz.

Desalento - Ele alerta para a inércia por parte da sociedade e dos trabalhadores. "Um desânimo tomou conta da população. Estamos próximos às eleições. Com 14 milhões de desempregados, os patrões usam isso, fazendo pressão psicológica, para que os trabalhadores aceitem a perda de direitos e não lutem. Além dos desalentados, que desistiram de tudo, de procurar emprego e de lutar contra essa situação", destaca Iglesias.

Fonte: Agência Sindical - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Sindicatos dos empresários 'privatizam' apoio jurídico

Com o impacto negativo no caixa depois de o imposto sindical ter se tornado voluntário, entidades patronais têm restringido serviços, sobretudo de assessoria jurídica, apenas aos associados contribuintes.

A decisão empurra empresários não filiados para escritórios de advocacia. Na FecomercioSP (federação do comércio), com 137 sindicatos no estado de São Paulo, o empresário que não contribuir seguirá nas convenções coletivas, mas não terá mais consultoria em direito trabalhista para casos individuais. "A empresa contribuindo, continuaremos assessorando, é um benefício pelo custeio. Mas, se ela não contribui, não tem sentido assessorarmos sem uma mínima contrapartida, sendo que ela pagaria para um advogado pelo serviço", diz Ivo Dall'Acqua Junior, vice-presidente da entidade. O Sindilojas-SP (sindicato dos lojistas do comércio), filiado à FecomercioSP, oferece intermediação na rescisão por acordo entre empresa e empregado, outra novidade trazida pela reforma. A reunião ocorre na sede da entidade, com a presença do advogado do Sindilojas. O serviço é recente, mas já surgiu como exclusivo para associados. Procurado, o sindicato não se manifestou. Em geral favoráveis ao fim do imposto sindical, entidades patronais também viram seu caixa encolher com a desobrigação do imposto em vigor desde novembro, com a reforma trabalhista. A arrecadação desses sindicatos somava R\$ 535,7 milhões em junho de 2017, mas foi para R\$ 141,5 milhões em 2018, diz o Ministério do Trabalho. No Sinduscon-SP (sindicato da construção), orientações jurídicas gerais, antes prestadas a todos os empresários, foram restritas a associados.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 27/07/2018

Comerciários vão fazer novo mutirão do emprego em SP

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo fará, no dia 6 de agosto, o 2º Mutirão do Emprego. Na primeira edição, em 16 de julho, foram disponibilizadas cerca de 2.000 vagas. o objetivo é oferecer ainda mais oportunidades de trabalho, em postos que tenham remuneração maior. O evento será no dia 6 de agosto, das 8h às 17h, no Anhangabaú. No dia, os candidatos receberão uma senha. Para concorrer, é obrigatório levar currículo, carteira de trabalho, RG, CPF e um comprovante de endereço. Haverá oportunidades para vendedores, motoristas, telefonistas, padeiros, atendentes de telemarketing, confeitores, analistas de sistema e gerentes.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 27/07/2018

Bancários querem barrar contratação de intermitentes

Os bancários de São Paulo e região cobraram da Febraban (Federação Nacional dos Bancos), em rodada de negociações da campanha salarial de 2018, a garantia de que não haverá diminuição de empregos nem contratações de terceirizados, intermitentes ou temporários. Para Ivone Silva, presidente do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, para “resolver as negociações, os bancos precisam firmar compromissos pela manutenção dos empregos e direitos”, na categoria. Segundo a Febraban, as discussões ainda estão em andamento.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 27/07/2018

Correios emitirão carteiras de trabalho em todo Estado de São Paulo

As agências dos Correios do Estado de São Paulo passarão a emitir, em agosto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Trata-se de um projeto piloto acordado entre a empresa e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que deve começar a partir da segunda quinzena do mês. A *Tribuna On-line* entrou em contato com as partes para entender o funcionamento da parceria, mas tanto Correios como Governo informaram que serão necessárias mais reuniões para acertar os detalhes do processo de emissão, custos e gerenciamento da operação. Apesar disso, o Ministério do Trabalho e Emprego confirma a implementação da medida que, segundo o órgão, deverá ser ampliada para todo o território nacional após o período de testes. O secretário-executivo substituto do MTE, Admilson Moreira, aponta que a iniciativa visa descentralizar a emissão da carteira de trabalho e levar o serviço para mais perto da população. “O propósito da parceria é oferecer um atendimento mais ágil e acessível ao trabalhador”.

Estrutura

Atualmente, o serviço de emissão de carteiras está disponível nos prédios do MTE e em unidades descentralizadas em todo o País, por meio de parcerias com estados e municípios. A rede conta com mais de 2,1 mil postos de atendimento. Se o projeto piloto for bem-sucedido, a ideia é ampliar a ação para todos os estados. Diante desse cenário, os Correios informam que possuem uma rede de agências que se faz presente em todos os 5.570 municípios brasileiros.

Emissão

Entre janeiro e maio de 2018 foram emitidas mais de 2,3 milhões de carteiras de trabalho em todo País, das quais 580 mil no estado de São Paulo.

Fonte: Jornal A Tribuna (online) – 27/07/2018